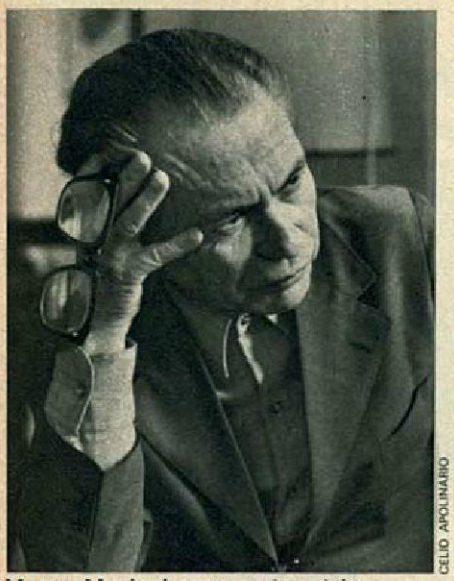


CELIO APOLINARIO

Matta Machado: quer inquérito...

ABRIL PRESS

...para saber como morreu seu filho José Carlos, acima com a família

JUSTIÇA

IPM paterno

No dia 30 de outubro, os órgãos de segurança do governo divulgaram uma nota oficial informando que num tiroteio ocorrido no Recife um subversivo de codinome Antônio matara os jovens José Carlos Novais da Matta Machado, de 27 anos, e Gildo Macedo Lacerda, de 24, militantes, como ele, da organização conhecida como Ação Popular Marxista-Leninista. Minuciosa, a nota oferecia detalhes suficientes para a compreensão do roteiro cumprido pelos dois até serem baleados, no dia 28, na esquina da avenida Caxangá com a rua general Polidoro.

Segundo o documento, Matta Machado foi preso "na capital de São Paulo". Tanto ele quanto Lacerda, "durante os interrogatórios, confirmaram uma reunião programada para Recife. Ambos informaram que no dia 28 de outubro teriam, nessa cidade, um encontro com um subversivo de codinome Antônio, ainda não identificado, que seria um dos chefes do Comitê Nacional, encarregado da Comissão Executiva e da Secretaria Internacional da APML". Os dois, acrescenta a nota, foram levados para Recife e estavam no local combinado à hora do encontro, quando Antônio, "pressentindo alguma irregularidade e a movimentação dos agentes de segurança, abriu fogo contra seus presumíveis companheiros, acusando-os, aos gritos, de traidores, ocasião em que se iniciou o tiroteio". Ao silenciarem as armas, havia "dois agentes de segurança feridos, um com maior gravidade" ("mas já está fora de perigo, após delicada cirurgia"), enquanto Lacerda morreu "no local" e Machado "quando era transportado para o hospital".

Missas e visitas — Na quinta-feira da semana passada o ex-professor de direito Edgar da Matta Machado, ex-deputado estadual e federal, cassado em 1969, ex-chefe da Casa Civil do governo Milton Campos e ex-secretário de Finanças, Educação e Planejamento do governo Magalhães Pinto, recebeu, em Belo Horizonte, o corpo de seu filho, exumado do Recife. Dias antes, comparecera a três missas pela alma de José Carlos, celebradas pelo arcebispo de Belo Horizonte, Dom João de Rezende Costa, e pelo bispo auxiliar, Dom Serafim Fernandes de Araújo. E, em casa, recebeu visitas de pêsames do ex-vice-presidente Pedro Aleixo, e dos deputados Tancredo Neves e Ulysses Guimarães.

Na sexta-feira, da tribuna da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o deputado emedebista Marcos Tito revelou que, no último dia 9, Matta Machado pediu ao procurador-geral da Justiça Militar a abertura de inquérito para "apurar a responsabilidade, para posterior punição, dos autores e/ou co-autores do homicídio". Em seu requerimento, o ex-deputado udenista revela novos detalhes da questão. Segundo ele, José Carlos foi preso no dia 19 de outubro, em São Paulo, quando seguia para Belo Horizonte "em companhia de dois cunhados e um amigo" que, a pedido da família, tinham ido buscá-lo. Os acompanhantes, detidos e levados para Minas Gerais, foram libertados depois de onze dias. Além disso, no dia 22, em Belo Horizonte, foram presos a esposa de José Carlos, Maria Madalena, e seu filho Eduardo, de 4 anos. Este foi entregue à família três dias depois, "levado por um sargento".

Erros factuais — O requerimento de Matta Machado utiliza apenas as informações contidas na nota oficial para instruir seu pedido de inquérito. Em dois pontos, porém, ele corrige enganos. A "qualificação" de José Carlos, divulgada ao mesmo tempo da nota oficial, informou que ele, "em 1967, foi presidente do diretório acadêmico da faculdade de Agronomia e Veterinária da UFMG", assim como revelou que "é irmão de Cristina Matta Machado, autora do livro 'Tática de Guerra dos Cangaceiros', contendo ensinamentos de tática de guerrilhas e de subversão". Respondeu o pai: "José Carlos nunca foi aluno da Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais, que, com este nome, aliás, não existe. Foi, sim, aluno da Faculdade de Direito da mesma Universidade" e "Cristina Matta Machado não era irmã de José Carlos, nem estava a ele ligada pelo mais distante parentesco".

Dos doze pontos contidos na qualificação, onde José Carlos aparece como um ex-vice presidente da União Nacional dos Estudantes e um destacado dirigente da organização subversiva conhecida como Ação Popular, de cuja comissão executiva faria parte, o professor Matta Machado refutou apenas dois. Secamente, reconheceu que "não tem o requerente-denunciante elementos para confirmá-los 'in totum'". Contudo, esclarece que seu filho não estava condenado por nenhuma auditoria militar, da mesma forma que não havia sido decretada sua prisão preventiva. E, num raciocínio estritamente jurídico, afirmou: "Não existia nada, absolutamente nada, de ostensivamente punível contra José Carlos".

continua na página 30

continuação da página 28

Lista de pedidos — A posição do velho advogado parece pretender o esclarecimento da situação legal provocada pela morte do filho. E, assim, diz: "Segundo nossa legislação, a integridade física do preso está sob guarda do carcereiro ou de sua escolta", e acrescenta, "pela incúria, pela falta de previdência do que era perfeitamente previsível, a autoridade que autorizou (ou determinou) o encontro narrado na nota oficial, assim como os policiais que escoltaram José Carlos até o local do tiroteio, cometeram o delito do artigo 205 do Código Penal Militar (homicídio), em co-autoria com o cidadão Antônio".

As difíceis circunstâncias em que os organismos de segurança são obrigados a enfrentar os movimentos subversivos talvez ofereçam, no nível policial, explicações adequadas para responder ao requerimento do ex-deputado. Mesmo assim, Matta Machado solicita, concretamente, algumas medidas que, de forma clara, são asseguradas por toda a legislação revolucionária vigente no país. A respeito de sua nora, que continua detida, pede a "confirmação do local onde se encontra e o que lhe ocorreu desde a data da prisão", bem como "a sua imediata libertação ou as razões de sua detenção, com a quebra da incomunicabilidade e garantia de ampla defesa".

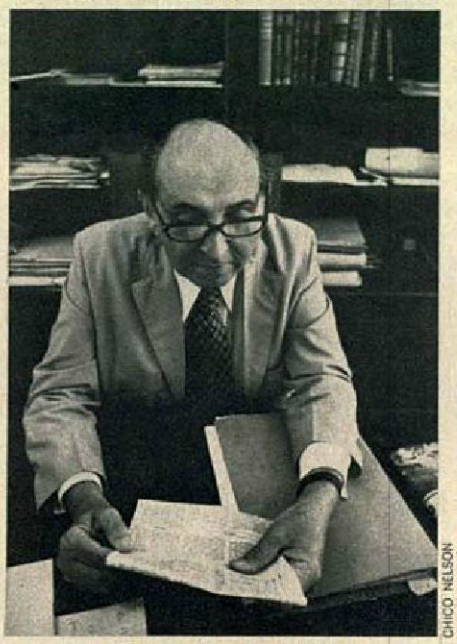
E a respeito do filho solicita a identificação das autoridades "por ordem de quem foram realizadas as prisões", a "informação sobre as circunstâncias em que José Carlos foi levado a Recife", a "requisição, junto ao Departamento de Medicina Legal de Pernambuco, do auto de corpo de delito e exame cadavérico". Além disso, pede que sejam identificados os "agentes policiais encarregados do cumprimento das diligências" e a "verificação de haver-se realizado ou não inquérito policial e perícia no local onde teria ocorrido o 'tiroteio' mencionado na nota oficial".

DIPLOMATAS

S.Exa. despejada

Gente fina é outra coisa. O advogado Theodoro Arthou, ex-procurador geral da Justiça da Guanabara e figura de destaque em boa parte dos jantares da sociedade carioca, vendeu, em 1970, um luxuoso apartamento de três salas e cinco quartos na praia do Flamengo a Sua Excelência o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Haiti, o Sr. Dr. Gerard Bouchette. Três anos depois, estão engalfinhando-se numa questão judicial onde, elegantemente, um deixa de pagar as prestações do imóvel e as contas de telefone enquanto o outro patrocina ligações falsas, além de serem mobilizados tanto advogados astuciosos quanto colunistas sociais de prestígio. Graças a um deles, Ibrahim Sued, soube-se, na quarta-feira da semana passada, que Bouchette estava sendo despejado do apartamento.

Em Brasília, atrás de sua mesa e debaixo de um retrato oficial do estadista haitiano Jean Claude Duvalier dedicada "ao meu dinâmico e brilhante embaixador", Bouchette, um diplomata alto e corpulento, explica-se: "Eu fui vítima de uma manobra do advogado Arthou, que se aproveitou de minha condição de estrangeiro para vender-me um apartamento por meio de um contrato particular, instrumento jurídico inadequado". De sua biblioteca, Arthou responde: "A culpa de tudo está na Convenção de Viena, que deu imunidades aos diplomatas, livrando-os da jurisdição penal, civil e administrativa, criando um paraíso de caloteiros no qual eu fiquei como vítima".



CHICO NELSON

Arthou: nem o telefone

Desacordo — Os dois estão de acordo a respeito de muito poucas coisas, mas mesmo assim é certo que o advogado vendeu seu belo apartamento. Por 290 000 cruzeiros, segundo Arthou, e 280 00 segundo Bouchette. Um diz que o outro pagou apenas 113 000, enquanto o outro garante que deu mais de 140 000. Mas, felizmente, as duas versões coincidem parcialmente num ponto: o embaixador reconhece alguns atrasos em certas prestações e seu advogado, Roberto Reis, admite que tenha sido "um tanto relapso". Para Arthou, desde 1971 Bouchette não paga um centavo, "sequer a conta do telefone".

Na versão do advogado, diante da falta de pagamento, procurou o diplomata, que, alegando dificuldades financeiras, convidou-o a recorrer à Justiça. "Então, depois de 41 anos de advocacia, descobri que não tinha meios para agir, pois um diplomata não pode ser preso nem processado." Mas, graças à sua experiência, Arthou conseguiu elaborar um estratagema que poderia trazer-lhe de volta o apartamento: hipotecou-o à Caixa Econômica, valendo-se da precariedade do contrato particular. Assim, a iniciativa teve de partir de Bouchette, que o processou por perdas e danos. Assim, o advogado ganhou na primeira instância, em junho, e, dois meses depois, no Tribunal de Justiça. Finalmente, no dia 8, o embaixador foi intimado a deixar o apartamento até esta segunda-feira, sob pena de ser despejado.

Bouchette agora está às portas do Supremo Tribunal Federal, onde, segundo seu advogado, estará livre "da influência que Arthou exerce na Justiça da Guanabara". Segundo ele, se houve atrasos, o ex-procurador nunca deixou de aceitar os pagamentos e a decisão de hipotecar a casa revela má-fé, pois o embaixador foi tomado de surpresa no dia em que entrou em sua casa uma avaliadora da Caixa Econômica.

Grande negócio — Além de debate em torno das intenções do outro, que só a Justiça poderá esclarecer definitivamente, a querela entre Arthou e Bouchette parece estar pontilhada de episódios grotescos. "Há uma semana meu marido estava no Haiti, e, como fazem os chefes de missão, comunicou a viagem ao Itamaraty. Todos os dias vinham telefonemas de pessoas que se diziam do Itamaraty, perguntando se ele havia voltado", diz a esposa do embaixador, Maria da Penha Bouchette, uma capixaba que ele conheceu quando servia no Brasil como secretário. Na semana passada, um dos misteriosos interlocutores chegou a se fazer passar por um assessor do embaixador André Mesquita, chefe do Cerimonial do Itamaraty, para saber se Bouchette estava em casa. Como soube que estava, apressou-se em enviar um oficial de Justiça com uma notificação que, segundo temiam os aliados de Arthou, ele poderia tentar se esconder para não receber. Mas o advogado também se queixa de manobras misteriosas: "Eu acabo de saber que ele será transferido para Washington. Se isso acontecer, fico a ver navios".

De fato, o debate não chega a ser edificante para a imagem da embaixada haitiana no Brasil, que funciona no apartamento de Bouchette em Brasília e é composta por ele e uma secretária. Em todo caso, desde que a embaixada americana acabou indo para o Supremo para defender sua posição numa transação imobiliária, tal tipo de questão deixou de ser deselegante. E, se Bouchette ficar com o apartamento, o Haiti terá feito o melhor negócio de sua história diplomática com o Brasil, pois o imóvel atualmente está valendo 700 000 cruzeiros.